

PL 4.756/2023 – Protesto de Faturas de Energia Elétrica

O Projeto de Lei nº 4.756/2023 propõe a proibição do protesto de faturas de energia elétrica antes de 90 dias de atraso no pagamento. O debate foi convocado para avaliar o impacto da medida tanto para os consumidores, que buscam maior proteção em casos de inadimplência, quanto para as concessionárias de energia, que utilizam o protesto como instrumento de recuperação de crédito.

Contexto da Audiência Pública

Esse tema se insere em um contexto mais amplo de evolução legislativa e regulatória:



O Protesto como Instrumento de Cidadania Financeira

O protesto se consolidou como ferramenta extrajudicial de alta eficiência, com três pilares:

Proteção ao crédito

instrumento rápido, barato e eficaz para credores.

Proteção ao devedor

garante intimação pessoal e oportunidade de negociação antes de medidas mais gravosas.

Redução da judicialização

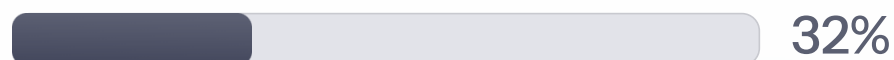
evita sobrecarga do Judiciário e reduz custos sociais.

Resultados (Jan/2023 – Jul/2024):



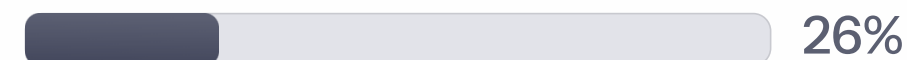
Créditos Privados Recuperados

Total recuperado: R\$ 45,2B



Créditos Públicos Federais

Total recuperado: R\$ 18,3B



Créditos Públicos Estaduais

Total recuperado: R\$ 7B

Caminhos Propostos e Alternativas Legislativas

Cobrança Social Extrajudicial, aplicável a:

Débitos de até R\$ 300,00

Vencimento em até 90 dias

Pontos-chave da proposta:

- ☐ **Proporcionalidade**
evita custos desproporcionais em débitos de baixo valor.
- ☐ **Redução de encargos**
mantém apenas emolumentos básicos, com desconto.
- ☐ **Negociação prévia**
incentivo a parcelamentos e acordos antes do protesto.
- ☐ **Proteção social**
garante acesso a serviços essenciais para famílias de baixa renda e evita efeitos de restrições de crédito
- ☐ **Integração tecnológica**
uso da CENPROT como plataforma nacional de transparência e integração com programas sociais.



1. Negociação

Primeira etapa: tentativa de acordo direto.

2. Cobrança Social Extrajudicial

Etapa intermediária: para débitos até R\$ 300 e vencimento até 90 dias.

3. Protesto Formal

Etapa final: protesto tradicional.